

**VERIFICAÇÃO SUPLEMENTAR – 2022.1**

**Quadro Definitivo de Respostas**

	A	B	C	D	E
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					

**1) (FUNDATEC - 2022 - Prefeitura de Esteio - RS - Auditor Fiscal de Tributos - Edital nº 02 - Adaptada) Na análise do conceito de taxa, segundo as previsões constitucionais e legais, é correto afirmar que:**

- a) A taxa não necessita de lei para ser instituída, podendo, mediante justificativa, ser instituída por ato do Poder Executivo.
- b) A taxa pode ser instituída em face da valorização imobiliária decorrente de obra pública.
- c) A taxa pode ser instituída por serviços prestados ao contribuinte, ou postos à sua disposição.**
- d) As taxas, segundo a Constituição Federal, podem ser instituídas para a obtenção de receitas públicas originárias.
- e) Determinadas taxas podem ter a base de cálculo própria de imposto.

**2) (Prefeitura de Tijucas - SC - 2021 - Prefeitura de Tijucas - SC - Advogado - Edital nº 001 - Adaptada) Assinale a alternativa correta acerca da competência tributária.**

- a) Os municípios possuem competência privativa para instituir taxas, contribuições de melhorias e contribuição de intervenção no domínio econômico.
- b) Desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios de outros tributos, os municípios poderão instituir imposto residual.

- c) Por meio de lei complementar, a competência tributária ativa poderá ser delegada para outra pessoa jurídica de direito público.
- d) O não exercício da competência tributária não extingue o direito de exercê-la a qualquer tempo pelo ente político tributante.**
- e) Considerando se tratar de uma mera faculdade, o não exercício da competência tributária pelo ente político não o coloca em situação de irresponsabilidade fiscal.

**3) (CESPE/CEBRASPE - 2022 - PGE-RO - Procurador do Estado - Adaptada) Um dos princípios basilares do direito tributário estabelece que o Estado deve tributar as pessoas de acordo com as suas capacidades econômicas, de modo que os mais ricos contribuam mais em relação aos mais pobres, de forma progressiva. Trata-se do princípio**

- a) do não confisco.
- b) da capacidade contributiva.**
- c) da igualdade tributária.
- d) da proporcionalidade.
- e) da praticabilidade da tributação.

**4) (IESES - 2021 - TJ-RO - Titular de Serviços de Notas e de Registros - Remoção - ADAPTADA) Quanto às limitações da competência tributária fixadas pelo Código Tributário Nacional, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:**

- I. Cobrar imposto sobre qualquer tipo de sindicato.
- II. Cobrar imposto sobre o patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros.
- III. Estabelecer limitações ao tráfego, no território nacional, de pessoas ou mercadorias, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais.
- IV. Cobrar imposto sobre templos de qualquer culto.

- a) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.**
- b) Apenas a assertiva IV está incorreta.
- c) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- e) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.

5) (FGV - 2021 - SEFAZ-ES - Auditor Fiscal da Receita Estadual - Manhã) O Estado X não vem recolhendo a taxa municipal de coleta de lixo domiciliar quanto a um terreno em que pretende construir, no futuro, o novo prédio-sede da Secretaria Estadual de Fazenda. Em razão disto, teve o débito inscrito em dívida ativa e contra ele foi promovida a execução para cobrança dos valores não pagos. Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- a) O Estado X goza de imunidade recíproca, não podendo ser cobrado por tal dívida.
- b) A imunidade tributária recíproca não se aplica à hipótese, por se tratar de terreno ainda não vinculado a uma finalidade pública.
- c) **A imunidade tributária recíproca não se aplica a taxas.**
- d) A taxa municipal de coleta de lixo domiciliar é inconstitucional, por tomar como base de cálculo a metragem do imóvel.
- e) A taxa municipal de coleta de lixo domiciliar é inconstitucional, pelo fato de o serviço prestado ou posto à disposição, não ser específico e divisível.

6) (COPEVE – 2019 – UFAL - Procurador do Município) Uma autarquia municipal cria, mediante lei, um tributo cuja cobrança é compulsória pela potencial utilização da rede de tratamento de esgoto da cidade. Nesse caso, trata-se de

- a) **taxa.**
- b) Imposto
- c) contribuição social
- d) tarifa ou preço público
- e) empréstimo compulsório

7) (ESAF – 2010 – Analista de Planejamento e Orçamento do MPOG - ADAPTADA) Em relação ao Sistema Tributário estabelecido na Constituição Federal, assinale a opção correta.

- a) **As empresas públicas federais prestadoras de serviços públicos em regime de monopólio são alcançadas pela imunidade de imposto sobre seu patrimônio desde que não tenham ações negociadas em bolsa de valores.**
- b) A imunidade tributária sobre os livros se aplica também aos livros eletrônicos, kindles e tablets multiuso em geral.
- c) Segundo a jurisprudência recente do STF, os imóveis da União são imunes de IPTU ainda que concedidos onerosamente à empresa que os explore economicamente.
- d) Tratados internacionais celebrados pelo Chefe do Poder Executivo da União não

podem conceder isenção de tributos de competência dos estados e dos municípios.

- e) A jurisprudência do STF entende imune do IPTU as lojas maçônicas por se equipararem aos templos.

8) (FCC - 2019 - SEMEF Manaus - AM - Auditor Fiscal de Tributos Municipais) Não são raros os conflitos de competência entre o ISSQN e o ICMS, no que diz respeito à inclusão de serviços no campo de incidência do ICMS e à inclusão de mercadorias no campo de incidência do ISSQN. Do mesmo modo, com alguma frequência, verificam-se conflitos entre o ITCMD e o ITBI, no tocante à incidência destes impostos em relação a determinadas transmissões. De acordo com a Constituição Federal, dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios é matéria que cabe

- a) às emendas à Constituição Federal.
- b) à lei ordinária.
- c) às Resoluções do Senado Federal.
- d) **à lei complementar.**
- e) às emendas às Constituições Estaduais e às leis orgânicas municipais, conforme o caso.

9) (FGV - 2012 - OAB - Exame de Ordem Unificado - VII - Primeira Fase – ADAPTADA) No que se refere aos empréstimos compulsórios, NÃO é correto afirmar que

- a) são restituíveis.
- b) devem respeitar o princípio da anterioridade quando instituídos no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.
- c) a competência para sua instituição é exclusiva da União Federal.
- d) podem ser instituídos em caso de guerra externa ou sua iminência e, neste caso, não respeitam o princípio da anterioridade.
- e) **podem ser instituídos por medida provisória, desde que haja relevância e urgência.**

**10) (CESPE - 2012 - TJ-PI - Juiz - ADAPTADA) No que concerne à competência tributária, assinale a opção correta.**

- a) Mesmo na ausência de normas gerais da União, os estados e o DF não têm a possibilidade de exercer a competência legislativa plena em matéria tributária.
- b) As principais características da competência tributária são a transmissibilidade e a renunciabilidade, conforme a legislação em vigor.
- c) Sendo, como regra geral, delegável a competência tributária, justifica-se a delegação da atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos.
- d) **O poder de tributar é atribuído aos entes políticos, mas a Constituição Federal assinala a esfera de competência dos níveis federal, estadual e municipal.**
- e) A competência tributária é indelegável, assim como a capacidade tributária ativa.

**11) (FGV - 2022 - OAB - Exame de Ordem Unificado XXXV - Primeira Fase - Adaptada) O Estado Alfa concedeu por lei ordinária, observadas as regras orçamentárias, isenção de IPVA para automóveis exclusivamente elétricos, fundamentando que a tributação possui uma importante função extrafiscal e objetivos ecológicos. José é proprietário de um automóvel registrado perante o DETRAN do Estado Alfa, movido a biogás, combustível considerado inovador e não poluente, produzido a partir de resíduos orgânicos como lixo, cana, biomassa etc. e refinado em biometano para abastecer carros. Desejando José obter para si o mesmo benefício fiscal dos carros elétricos, ele contrata você, como advogado(a), para fins de requerimento administrativo da isenção.**

- a) É possível a concessão do benefício fiscal por analogia e interpretação extensiva aos automóveis movidos a combustível de biogás.
- b) É possível a concessão do benefício fiscal, tendo em vista a função extrafiscal e o objetivo ecológico do combustível de biogás.
- c) **Não é possível a concessão do benefício fiscal aos automóveis movidos a biogás, pois deve ser interpretada literalmente a legislação que dispõe sobre a outorga de isenção.**
- d) Não é possível a concessão do benefício fiscal aos automóveis movidos a biogás, tendo em vista ser necessário comprovar os benefícios ecológicos por meio de perícia técnica, procedimento vedado na esfera administrativa.
- e) Estão erradas todas as alternativas acima.

**12) (IDECAN - 2021 - Prefeitura de Campina Grande - PB - Fiscal de Tributos Municipais) No**

**campo da interpretação e da integração da legislação tributária é possível afirmar que**

- a) os princípios gerais de direito tributário sempre prevalecem sobre a analogia.
- b) os princípios gerais de direito não podem ser utilizados pelo intérprete.
- c) **o emprego da equidade não poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.**
- d) a analogia nunca prevalece sobre os princípios gerais de direito público.
- e) O Código Tributário Nacional não estabelece uma ordem de aplicação das técnicas de integração.

**13) (FUNDATEC - 2022 - Prefeitura de Esteio - RS - Auditor Fiscal de Tributos - Edital nº 02) Assinale a alternativa correta em relação aos expressos ditames do Código Tributário Nacional (CTN) a respeito do sujeito passivo da obrigação principal.**

- a) A lei pode atribuir a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, não vinculada ao fato gerador, excluindo a responsabilidade do contribuinte.
- b) Em contrato de locação com cláusula que estabeleça a responsabilidade do inquilino de pagar o IPTU, a condição do proprietário passa de contribuinte para responsável.
- c) Em um contrato de locação, o locador pode transferir, perante o fisco, a sua condição de contribuinte do IPTU ao locatário.
- d) **O contribuinte é o sujeito passivo da obrigação principal que tem relação pessoal e direta com a situação que constitua o fato gerador.**
- e) O CTN categoriza o sujeito passivo da obrigação principal em três espécies: o contribuinte, o responsável e o solidário.

**14) (Prefeitura de Tijucas - SC - 2021 - Prefeitura de Tijucas - SC - Advogado - Edital nº 001) Assinale a alternativa correta acerca da obrigação tributária.**

- a) **A obrigação tributária acessória pode consistir em uma obrigação de fazer ou não fazer.**
- b) A obrigação tributária acessória decorre direta e exclusivamente da obrigação tributária principal.
- c) O não cumprimento de uma obrigação tributária acessória não gera penalidade ao contribuinte.
- d) O cumprimento de uma obrigação tributária acessória somente poderá recair sobre o contribuinte ou o responsável pelo tributo.
- e) Pelo caráter de autonomia em relação à obrigação principal, a obrigação tributária acessória jamais poderá ser convertida em principal.

**15) (FUNDATEC - 2022 - Prefeitura de Esteio - RS - Auditor Fiscal de Tributos - Edital nº 02) Em relação ao procedimento administrativo denominado pelo CTN como Lançamento, é correto afirmar que:**

- a) O lançamento constitui o crédito tributário, conferindo à obrigação tributária liquidez e certeza.
- b) O lançamento é uma atividade desvinculada, independente e facultativa.
- c) O lançamento pode ser feito por qualquer servidor público desde que investido em cargo efetivo.
- d) O lançamento somente pode ser feito por autoridade administrativa, legislativa ou judicial.
- e) O que caracteriza o lançamento, segundo o CTN, é o seu registro nos livros Diário e Razão.

**16) (CESPE - 2019 - SEFAZ-RS - Auditor Fiscal da Receita Estadual - Bloco II) Isenção do crédito tributário estabelecida por determinada lei federal**

- a) dispensará o cumprimento de obrigações acessórias.
- b) será extensiva aos tributos que venham a ser criados após a concessão dessa isenção, se tiver sido destinada a determinado grupo de pessoas.
- c) não alcançará as taxas, mas apenas as contribuições de melhoria, caso seja destinada a determinado grupo de pessoas.
- d) não poderá ser restritivamente concedida a uma região do território da entidade tributante.
- e) poderá ser concedida sob determinadas condições ou por prazo certo.

**17) (FCC - 2017 - TJ-SC - Juiz Substituto - Adaptada) Tendo em conta as normas gerais de Direito Tributário, é INCORRETO afirmar:**

- a) A transação tributária é modalidade de extinção do crédito tributário.
- b) A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária, extinguindo-se com o crédito dela decorrente.
- c) O lançamento por homologação não admite homologação tácita.
- d) A denúncia espontânea acompanhada, quando o caso, de pagamento do tributo devido com consectários cabíveis, exclui a responsabilidade pelo pagamento da penalidade.
- e) O parcelamento suspende a exigibilidade do crédito tributário.

**18) (CESPE - 2017 - PGE-SE - Procurador do Estado - Adaptada) Uma certidão positiva com efeitos de negativa consiste em**

- a) documento administrativo que indica a existência de créditos inexigíveis ou que já estão garantidos.
- b) certidão judicial que indica a existência de créditos exigíveis e não garantidos, apesar de não servir para a comprovação de regularidade do pagamento de determinado tributo.
- c) certidão judicial usada para a comprovação de regularidade do pagamento de determinado tributo, ainda que indique a existência de créditos vencidos e exigíveis.
- d) documento administrativo utilizado para a comprovação da quitação de determinado tributo.
- e) certidão administrativa ou judicial que serve para a comprovação de regularidade do pagamento de determinado tributo e que certifica a existência de créditos exigíveis e não adimplidos, mesmo sem garantia.

**19) (IESES - 2018 - TJ-AM - Titular de Serviços de Notas e de Registros - Provimento) Sobre o crédito tributário, assinale a alternativa incorreta com relação ao previsto no Código Tributário Nacional:**

- a) A moratória é modalidade de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
- b) A isenção é modalidade de exclusão do crédito tributário.
- c) A suspensão do crédito tributário dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso.
- d) A anistia é modalidade de exclusão do crédito tributário.
- e) São modalidades de extinção do crédito tributário o pagamento, a decadência, a conversão do depósito em renda e a compensação.

**20) (NUCEPE - 2018 - PC-PI - Delegado de Polícia Civil) Assinale a alternativa que não contempla hipótese de extinção do crédito tributário expressamente prevista no Código Tributário Nacional:**

- a) Decisão judicial passada em julgado.
- b) Remissão;
- c) Compensação;
- d) Isenção;
- e) Dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.